

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.436.095 - MS (2019/0023596-2)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCURADOR : CARINA SOUZA CARDOSO E OUTRO(S) - MS004748**  
**AGRAVADO : ROSÂNGELA MARTINS DE QUEIROZ**  
**ADVOGADOS : RENATA BARBOSA LACERDA - MS007402**  
**MARCELLE PERES LOPES - MS011239**

**DESPACHO**

Foi a mim distribuído o primeiro recurso sobre a execução de sentença proferida em ação coletiva que beneficiou servidores do Estado do Mato Grosso do Sul, ocasionando a distribuição, por prevenção, de centenas de feitos. Em outros, fui instado por ministros da Primeira Seção, então relatores dos processos, acerca do tema, após o que foram para mim redistribuídos.

Ocorre que o entendimento jurisprudencial desta Corte é no sentido de que a execução individual genérica de sentença condenatória proferida em julgamento de ação coletiva não gera a prevenção do Juízo, devendo o respectivo recurso submeter-se à livre distribuição. Vejam-se: REsp 1474851/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 04/11/2016; AgRg no REsp 1432236/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 23/05/2014.

Assim sendo, CHAMO O FEITO À ORDEM para determinar o retorno dos autos à Secretaria Judiciária para que o presente recurso seja distribuído aleatoriamente entre os Ministros das Turmas que integram a Primeira Seção.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator